Demonstrações financeiras

Eólica Pontal 3B S.A.

31 de dezembro de 2024 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração dos resultados abrangentes	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6° ao 10° andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Eólica Pontal 3B S.A.** Viamão – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Pontal 3B S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pontal 3B S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG Auditore's Independentes S/S Ltda. CRC SIP-034519/O

Emerson Pompeu Bassetti Contacor CRC SP-251558/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	945	4.706
Contas a receber	5	2.895	3.880
Despesas antecipadas		244	337
Estoques	7	2.770	1.843
Tributos a recuperar		264	262
Outros créditos		44	44
		7.162	11.072
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	6	6.832	6.675
Imobilizado	8	83.315	80.466
Ativo de direito de uso	9	4.935	5.124
		95.082	92.265
TOTAL DO ATIVO	·	102.244	103.337

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedor	10	1.349	904
Empréstimos e financiamentos	11	5.170	5.307
Obrigações tributárias		548	536
Arrendamento	9	129	204
Outras obrigações		85	240
		7.281	7.191
Não circulante			
Fornecedor	10	5.150	9.110
Empréstimos e financiamentos	11	33.156	37.872
Arrendamento	9	4.791	4.949
Provisão para desmobilização de ativos	12	516	465
		43.613	52.396
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	77.849	74.499
Prejuízos acumulados	14	(26.499)	(30.749)
Total do patrimônio líquido		51.350	43.750
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.244	103.337

Demonstração dos resultados dos exercícios Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	15	15.670	14.015
Custo de geração de energia	16	(6.719)	(13.012)
Lucro bruto (prejuízo)		8.951	1.003
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(460)	(2.012)
Outras receitas (despesas) operacionais		(202)	277
		(662)	(1.735)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		8.289	(732)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	831	1.262
Despesas financeiras	17	(4.083)	(5.122)
		(3.252)	(3.860)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribu	uição social	5.037	(4.592)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(787)	(829)
Diferido		-	(2.365)
		(787)	(3.194)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.250	(7.786)

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	4.250	(7.786)
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	4.250	(7.786)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		74.499	(22.963)	51.536
Prejuízo do exercício		-	(7.786)	(7.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		74.499	(30.749)	43.750
Aumento de capital social	14.a	3.350	-	3.350
Lucro líquido do exercício		-	4.250	4.250
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u> </u>	77.849	(26.499)	51.350

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		5.037	(4.592)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do			
lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	8	3.776	6.289
Juros sobre empréstimos	11, 17	3.525	4.336
Juros sobre arrendamento	9, 17	293	71
Atualização provisão para desmobilização	12, 17	51	5
Baixa de ativo imobilizado	8	28	(225)
Amortização do ativo de direito de uso	9	189	61
Baixa de intangível		-	1
Aumento (redução) nos ativos operacionais			
Contas a receber		985	(1.701)
Estoques		(6.778)	(351)
Tributos a recuperar		(2)	2.281
Despesas antecipadas		93	(337)
Outras contas a receber		-	1.831
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedor		(3.515)	4.876
Obrigações tributárias		(65)	(2.486)
Outras contas a pagar		(155)	240
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(710)	(534)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	11	(2.954)	(3.739)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(202)	6.026
Fluxo de caixa das atividades de investimento		_	
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	(802)	(463)
Depósitos restituíveis e valores vinculados		(157)	(6.675)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u> </u>	(959)	(7.138)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	11	(5.424)	(4.973)
Aumento de capital social	14	3.350	-
Pagamento de arrendamento - principal	9	(526)	(103)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	_	(2.600)	(5.076)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de	caixa	(3.761)	(4.127)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		4.706	10.894
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		945	4.706

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Eólica Pontal 3B S.A (anteriormente denominada Enerplan Energia Eólica III S.A) (Pontal 3B ou "Companhia") com sede localizada na Estrada Edmundo dos Santos Abreu, n.º 21.500, bairro Águas Claras, CEP 94.760-000, na cidade de Viamão, estado do Rio Grande do Sul. , é uma Companhia anônima de capital fechado, que tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica.

Em 06 de novembro de 2023, a Companhia foi adquirida pela Pontal Holding S.A., companhia diretamente controlada pelo Energia Sustentável Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A acionista controladora da Companhia é a Pontal Holding S.A.

 EOL	Potência em MW	N° da Autorização MME	Vencimento do prazo de autorização	Local
Pontal 3B	25,60	398/2012	Jul-2047	Viamão-RS

Em 02 de julho de 2012, por meio da Portaria nº 398/2012, o MME concedeu autorização para implantação e exploração da EOL Pontal 3B para a Oleoplan S.A.

Em 26 de fevereiro de 2013, por meio da Resolução Autorizativa n°3.909/2013, a ANEEL concedeu a transferência da autorização da EOL Pontal 3B para a Enerplan Energia Eólica III S.A. (razão social antiga da Eólica Pontal 3B S.A)

Em 16 de janeiro de 2017, por meio do Despacho nº 104/2017, foi liberado o início da operação comercial para as UG 1 a 10 da EOL Pontal 3B.

A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

	Datas o	do contrato
Cliente	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2016	31/12/2035
Partes Relacionadas	06/11/2023	31/05/2049

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$119 (R\$3.881 positivo em 31 de dezembro de 2023), decorrente da rubrica de empréstimos e financiamentos a pagar que em 2024 tem o valor de R\$5.170 (R\$5.307 em 2023). Em 2024, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R\$4.250 (R\$7.786 de prejuízos em 2023) e apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$5.649 (R\$6.026 positivo em 2023).

A diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 17 de abril de 2025.

2.2. Declaração de relevância

A diretoria da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com às utilizadas pela diretoria na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 8);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Provisão para desmantelamento de ativos (nota 12); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 13).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

- i) Ativos financeiros
- a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- i) Ativos financeiros--Continuação
- a) Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados (caixa restrito), contas de ressarcimento de energia a receber, partes relacionadas, entre outros.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- i) Ativos financeiros--Continuação
- c) Classificação e mensuração--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas, estoques e empréstimos a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A diretoria da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de impairment.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- ii) Passivos financeiros
- a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar e arrendamento.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- · Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

- ii) Passivos financeiros -- Continuação
- b) Mensuração subsequente--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 8 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 8.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pósemprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Provisões--Continuação

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A diretoria periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato comas distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não	
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Circulante com covenants	01.01.2024
Contabels	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros:	Acordos de financiamento de fornecedores	
Evidenciação		01.01.2024

A diretoria da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade (Lack of Exchangeability)	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras.	Novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados, além de definições de categorias.	01.01.2027

A diretoria da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	945	1.830
Aplicações financeiras	-	2.876
Total	945	4.706

^(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
		0.51		
Banrisul	CDB	CDI	-	2.876
		<u> </u>	-	2.876

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5. Contas a receber

	2024	2023
Venda de energia	2.860	3.826
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	35	54
	2.895	3.880

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2024	2023
Saldo a vencer	442	2.964
Saldo vencido até 30 dias	413	818
Saldo vencido de 31 a 60 dias	-	98
Saldo vencido até 180 dias	2.040	-
Total	2.895	3.880

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da diretoria e de seus assessores jurídicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	6.832	6.675
			6.832	6.675

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Itaú S.A.

7. Estoques

	2024	2023
Estoque para reposição de peças	2.770	1.843
	2.770	1.843

O estoque é constituído, em sua totalidade por peças de reposição, principais produtos utilizados para a realização do serviço oferecido pela Companhia. Esses insumos são consumidos em manutenção dos equipamentos da Companhia.

A Companhia avalia tempestivamente a recuperabilidade de seus estoques e entende que não existe a necessidade de qualquer tipo de provisão com relação à sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	•		Em serviço			Em curso	
	•	Máquinas e	-	Provisão para		Bens em	
	Terrenos	equipamento s	Edificações/Benfeitorias	desmobilização	Estoque de Ativo Fixo(*)	andamento	Total
31 de dezembro de 2022	366	104.526	20.057	-	-	-	124.949
Adições Adição sem efeito caixa Transferência Baixas	(366)	- (218) (29)	- - 584 -	- 460 - -	- - - -	463 - - -	463 460 - (29)
31 de dezembro de 2023	-	104.279	20.641	460	-	463	125.843
Adições Adições sem efeito caixa (**) Baixas	:	:	- - -	:	22 5.851 -	780 - (28)	802 5.851 (28)
31 de dezembro de 2024							
-	-	104.279	20.641	460	5.873	1.215	132.468
31 de dezembro de 2022	-	(34.528)	(4.814)	-		-	(39.342)
Adições de depreciação Transferência Baixa		(5.428) 343 254	(859) (343)	(2)	- - -	- - -	(6.289) - 254
31 de dezembro de 2023	<u> </u>	(39.359)	(6.016)	(2)	-	-	(45.377)
Adições de depreciação	-	(2.895)	(861)	(20)	-	-	(3.776)
31 de dezembro de 2024	-	(42.254)	(6.877)	(22)	-	-	(49.153)
Total em 31 de dezembro de 2023	_	64.920	14.625	458		463	80.466
Total em 31 de dezembro de 2024		62.025	13.764	438	5.873	1.215	83.315

^{*} Estoque de ativo fixo: são estoques relacionados a peças de manutenção dos aerogeradores, diferenciando-se do estoque de almoxarifado.

^{**} No exercício de 2024, em decorrência da aquisição do Parque Eólico Pontal ocorrida em novembro de 2023, a administração procedeu com a reclassificação contábil do saldo registrado na rubrica de Estoques para a rubrica de Ativo Imobilizado, com o objetivo de assegurar o adequado enquadramento às diretrizes e políticas de gestão de ativos estabelecidas pelo Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. A diretoria acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	Vida útil	
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos	
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos	
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos	

b) <u>Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)</u>

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A diretoria não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A composição dos arrendamentos mercantis é a seguinte:

Custo	
	Terreno
31 de dezembro de 2022	6.133
Adição	110
31 de dezembro de 2023	6.243
Adição	-
31 de dezembro de 2024	6.243
Amortização	
31 de dezembro de 2022	(1.058)
Adições de amortização	(61)
31 de dezembro de 2023	(1.119)
Adições de amortização	(189)
31 de dezembro de 2024	(1.308)
Total em 31 de dezembro de 2023	5.124
Total em 31 de dezembro de 2024	4.935

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	5.153	5.075
Adição	-	110
Pagamento	(526)	(103)
Juros sobre arrendamento (Nota 17)	293	71
Saldo final	4.920	5.153

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo de direito de uso e Arrendamento--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		
	2024	2023	
Valor nominal dos pagamentos futuros Ajuste a valor presente	8.103 (3.183)	8.629 (3.476)	
ryadio a valor procenie	4.920	5.153	
Passivo circulante Passivo não circulante	129 4.791	204 4.949	

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,45%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Total
2025	393
2026	402
2027	417
A partir de 2028	3.579
	4.791

10. Fornecedor

	2024	2023
Fornecedores	478	789
Contas a pagar - Partes relacionadas (Nota 19)	871	159
Contas a pagar – MRE/CCEE	5.150	9.066
Total	6.499	10.014
Circulante	1.349	904
Não circulante	5.150	9.110

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2024		2023	
Credor Encargos		Circulante Não circulante		Circulante Não circulante	
Em moeda nacional					
BNB	TLP + 1,8282% a.a	5.170	33.156	5.307	37.872
Total	<u> </u>	5.170	33.156	5.307	37.872

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2024	2023
Saldo inicial	43.179	47.555
Juros provisionados (nota 17)	3.525	4.336
Amortização – principal	(5.424)	(4.973)
Juros pagos	(2.954)	(3.739)
Saldo final	38.326	43.179

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor, composto de principal e juros, será amortizado mensalmente, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de março de 2030.

A Companhia está sujeita às cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde é exigido o cumprimento de covenants financeiros e não financeiros, sob pena de antecipação de vencimento da dívida.

Dentre as obrigações, é exigida a manutenção do saldo mínimo da conta do serviço da dívida, correspondente a 6 (seis) vezes o valor da prestação da dívida, bem como a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) Consolidado de, no mínimo, 1,3 vezes, apurado a cada encerramento do exercício, os quais foram devidamente atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A amortização e o pagamento de juros deste financiamento são realizados mensalmente, tendo o vencimento previsto da última parcela para julho de 2032.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente com taxa de 9,90% e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólico, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o

Provisão para desmobilização	2024	2023
Saldo inicial	465	-
Adição	-	460
Atualização	51	5
Saldo final	516	465

13. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela diretoria, classificadas como perda provável.

Os saldos de contingências possíveis estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Riscos ambientais	5	-
Ricos trabalhistas	512	-
Riscos tributários	18	-
Total	826	-

Processos ambientais

Em 31 de dezembro de 2024, há um processo administrativo ambiental classificado como perda possível, no montante de R\$ 5 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023), referentes a um autos de infração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para demandas judiciais—Continuação

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, há dois processos trabalhistas classificado como perda possível, no montante de R\$ 512 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023), referentes a duas reclamações trabalhistas.

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, há um processo administrativo tributário classificado como perda possível, no montante de R\$ 18 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023), referentes a um auto de infração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 77.849 (em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ R\$ 74.499), dividido 77.848.497 (Setenta e sete milhões e oitocentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, (74.498.497 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, a capitalização dos contratos de adiantamento para futuro aumento de capital ocorridos durante o exercício de 2024 no montante de R\$ 3.350.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social da Companhia determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

c) <u>Dividendos</u>

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício social de 2024 e 2023 não houve distribuição de dividendos aos acionistas referentes ao exercício tendo em vista os prejuízos acumulados no período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	16.119	14.466
Resultado com MRE e CCEE (*)	144	43
	16.263	14.509
Deduções da receita operacional bruta Impostos sobre a venda		
ICMS	-	(21)
PIS	(106)	(84)
COFINS	(487)	(389)
	(593)	(494)
Receita operacional líquida	15.670	14.015

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos de geração de energia e despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica		_
Compra de energia - partes relacionadas	(220)	-
Royalties ANEEL	(1.251)	(1.270)
Total custo do serviço de energia elétrica	(1.471)	(1.270)
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	-	(187)
Viagens	(1)	-
Serviços de terceiros	(628)	(2.214)
Seguros	(607)	(637)
Pessoal	(12)	-
Depreciação	(3.965)	(6.350)
Manutenção	-	(1.492)
Telecomunicações	(15)	-
Alugueis e utilidades	(5)	(565)
Promoção e publicidade	(9)	-
Outros	(6)	(297)
Total custo com a operação	(5.248)	(11.742)
Total de custos	(6.719)	(13.012)
Despesas gerais		
Serviços de terceiros	(29)	(5)
Serviços de administração	(431)	(2.007)
Total das despesas gerais e administrativas	(460)	(2.012)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

-	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	831	1.261
Receitas de juros	-	1
Total	831	1.262
Daniel Carrier		
Despesas financeiras	(0.505)	(4.000)
Juros sobre empréstimos	(3.525)	(4.336)
Juros sobre arrendamento	(293)	(71)
Despesas com letras de crédito	-	(343)
Multas e encargos sobre empréstimos	(88)	-
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	(51)	(5)
Imposto sobre operações financeiras	(6)	-
Despesas com juros e descontos concedidos	(19)	(235)
Outras despesas financeiras	(101)	(132)
Total	(4.083)	(5.122)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Corrente		_
Imposto de renda	(529)	(551)
Contribuição social	(258)	(278)
Total com despesas de impostos	(787)	(829)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática de lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2024		2023		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Faturamento (fornecimento de energia) ICMS	16.263	16.263	14.509 (21)	14.509 (21)	
_	16.263	16.263	14.488	14.488	
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%	
Base de cálculo	1.301	1.952	1.159	1.739	
Receitas financeiras	831	831	1.262	1.262	
Base de cálculo total	2.132	2.783	2.421	3.001	
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%	
	533	250	581	270	
Outros	(4)	8	(30)	8	
Total	529	258	551	278	

^(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2024	2023
Passivo			
Contas a pagar			
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A	(a)	-	3
Elera RenováveisS.A.	(a)	620	131
Elera Gestão e Energia S.A	(a)	31	25
Alex Energia Participações S.A.	(a)	9	-
Eólica Pontal 2B S.A	(a)	128	-
Rio Casca Energética S.A.	(a)	54	-
Pontal Energia Holding S.A.	(a)	28	-
	_	871	159
Resultado			
Compra de energia			
Elera Gestão e Energia S.A	(b)	220	-
	_	220	-
Serviços de ADM - Despesa			
Elera Renováveis S.A.		431	130
Elera Gestão e Energia S.A		-	25
Eólica Pontal 2B S.A	(c)	-	1.852
		431	2.007
	<u> </u>	651	2.007

- (a) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (c) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

19. Transações com partes relacionadas--Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as Companhia do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

20. Seguros

Companhia possui cobertura de seguros em montante julgado pela administração suficiente para fazer face às eventuais perdas com sinistros. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 79.650 (de R\$ 79.650 em 31 de dezembro de 2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 22 de junho de 2024 e término em 22 de junho de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024			2023		
Ativos financeiros	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	945	-	945	1.830	-	1.830
Aplicações financeiras	-	-	-	-	2.876	2.876
Contas a receber	2.895	-	2.895	3.880	-	3.880
Depósitos restituíveis e valores vincula	6.832	-	6.832	6.675	-	6.675
	10.672	-	10.672	12.385	2.876	15.261

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024		2023			
Passivos financeiros	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Fornecedor	6.499	-	6.499	10.014	-	10.014
Passivo de arrendamento	4.920	-	4.920	5.153	-	5.153
Empréstimos e financiamentos	38.326	-	38.326	43.179	-	43.179
	49.745	-	49.745	58.346	-	58.346

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Aplicações financeiras 2024 2023
- 2.876

 Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de geração

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

iv) Risco de geração--Continuação

Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

v) Risco de não renovação da autorização

A Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal n° 13.360/2016, ao alterar a Lei n° 9.427/1996, em seu § 1° - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante o exercício de 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento derivativo. Os instrumentos derivativos anteriormente existentes foram encerrados dentro do exercício de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 8)	189
Adição de contratos de arrendamento	-
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	189
Arrendamento	
Total de movimentação do arrendamento (nota 8)	(233)
Adições de contratos de arrendamento	-
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(233)